

Nº 6

Ata da 40ª Sessão Extraordinária da 17ª Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 14 (catorze) dias do mês de janeiro, do ano de 2014 (dois mil e catorze), às 20:00 horas, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, a Vereadora desta Casa de Leis para mais uma Sessão Extraordinária, sob a responsabilidade do Vereador Miguel Moreira da Silva – Presidente eleito, secretariado pelo também Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto – 1º Secretário da Mesa. Observadas as exigências regimentais constatou-se “quorum” suficiente, momento em que o Sr. Presidente pronunciou a seguinte frase: - Sob a proteção de Deus e em nome do povo barragarcense, declaro aberto os trabalhos. Após a execução de um trecho Bíblico e do Hino de Barra do Garças, mostrando imagens da cidade, o Sr. Presidente cumprimentou os presentes, os radio ouvintes da Rádio Difusora desejando a todos um Feliz 2014 e na sequência passou a palavra ao 1º Secretário para leitura das correspondências recebidas e expedidas. Iniciou-se lendo as Leis sancionadas e Decretos: Lei Complementar nº 155 de 04 de dezembro de 2013, “Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências”; Lei nº 3.477 de 19 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014/2017”; Lei nº 3.478 de 19 de dezembro de 2013, “Estima a Receita e fixa as Despesas do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2014”; Lei nº 3470 de 04 de dezembro de 2013, “Autoriza a doação de lotes a empresa que menciona”; Lei nº 3.471 de 04 de dezembro de 2013, “Autoriza a doação de lotes a empresa que menciona”; Lei nº 3.472 de 04 de dezembro de 2013, “Autoriza a abertura de procedimento licitatório”; Lei nº 3.473 de 04 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre doação de área ao Estado de Mato Grosso, com finalidade de construção das instalações do Centro Regional Socioeducativo”; Lei nº 3.474 de 13 de dezembro de 2013, “Autoriza a doação de lotes a empresa que menciona”; Lei nº 3.475 de 13 de dezembro de 2013, “Autoriza a doação do lote que menciona a pessoa que menciona”; Lei nº 3.476 de 13 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; Lei nº 3.479 de 03 de janeiro de 2014, “Dá denominação à unidade de saúde que menciona”; Lei nº 3.480 de 03 de janeiro de 2014, “Dispõe sobre a denominação de logradouro público”; Lei nº 3.481 de 03 de janeiro de 2014, “Torna obrigatória a exibição de vídeos educativos antidrogas nas aberturas de shows, sessões de cinema, eventos culturais, feiras agropecuárias e similares com aglomeração de pessoas no Município de Barra do Garças”; Decretos nº 3.514 à 3.518 e 3.520, “Abre créditos adicionais suplementares no valor que menciona e dá outras providências”; Decreto nº 3.519 de 02 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre obrigatoriedade de identificação padronizada de veículos taxi por faixas e símbolos de caracteres locais”; Decreto nº 3.521 de 04 de dezembro de 2013, “Fixa o Calendário Fiscal aplicável ao exercício de 2014 e dá outras providências”; Decreto nº 3.522 de 13 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre

O. 111

aprovação do desmembramento que menciona e dá outras providências”; Decreto nº 3.523 de 13 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre Concessão Pública para Transporte de passageiros – taxi, para condutor autônomo a quem menciona”; Decreto nº 3.524 de 16 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 3.365/13”; Decreto nº 3.525 de 18 de dezembro de 2013, “Dispõe sobre delegação de competência para a função que menciona”; Decreto nº 3.527 de 18 de dezembro de 2013, “Declara nulidade absoluta parcial do concurso público nº 001/2011, realizado no dia 18 de dezembro de 2011, cuja inscrição se deu através do edital de nº 001/2011, e dá outras providências”; Decreto nº 3.530 de 02 de janeiro de 2014, “Regulamenta as atividades e a estrutura da Casa de Passagem Municipal; Decreto nº 3.531 de 02 de janeiro de 2014, “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2014, 3 dá outras providências”; Decreto nº 3.532 de 02 de janeiro de 2014, “Dispõe sobre o cancelamento de despesa empenhadas e não paga no exercício de 2012, 2011, 2012 e 2013”. Demais correspondências recebidas, ofício nº 011/2014, Convocação para a Sessão Extraordinária, Roberto Ângelo de Farias – DD. Prefeito Municipal; convite do Dr. Adilson Gonçalves de Macedo - Delegado; cartas 31367, 30603/13 da CEMAT – Rede energia; ofícios nº 3 -5505, 3-5281, 1-5329/13 da Caixa Econômica Federal; carta de protesto nacional; Comunicados nº 284824, 284826, 284830, 284823, 284829, 284825, 284827/2013 do Ministério da Educação; convite do Deputado Romaldo Júnior; boletim da CNM; carta do PSDB; ofício nº 910/13 do Ministério da Justiça; convite do Cap. QOBM Luís Pereira da Cruz; ofício nº 625/13 do Corpo de Bombeiros; ofícios nº 158, 153, 159, 164, 152/13 resposta de Indicações; ofício nº 081/13 do Ministério Público; cara do Grupo Atame; ofício nº 124/13 do Sr. Romário Queiroz – Secretário Municipal de Turismo; ofício nº 2235/13 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; ofício nº 001/13 do Deputado Mauro Savi; ofício nº 615/13 do Sr. Agenor Bezerra Maia – Secretário Chefe de Gabinete; ofício nº 684/13 do Deputado Airton Português; ofício nº 075/13 do Sr. Emerson Coelho Souza; ofício nº 345/13/CPI Telefonia Móvel; ofício nº 1449/13 do Poder Judiciário. Plenário emprestado, ao PT, ao PSDB. Na sequência o 1º Secretário efetuou a leitura das correspondências expedidas, ofícios nº 1392 à 1414, 247, 248, 249 à 261/13, encaminhando cópia de matérias aprovadas na ultima Sessão Ordinária de 2013. Registra-se que foram enviadas mais de 500 (quinhentas) cartas por diversos Vereadores. Terminada a leitura das correspondências recebidas e expedidas, estas que permanecerão em arquivo à disposição dos Nobres Edis. Em seguida o Sr. Presidente iniciou a Ordem do Dia e passou a palavra ao 1º Secretário para leitura dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 116/2013, de 09 de dezembro de 2013, do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza a doação de lotes a quem menciona”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças. Projeto de Lei nº 117/2013, de 18 de dezembro de 2013, do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre revogação da lei que menciona e dá outras providências”. Terminada a leitura, foi o projeto encaminhado à Comissão

de Constituição, Justiça e Redação. Projeto de Lei nº 001/2014, de 02 de janeiro de 2014, do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei nº 002/2014, de 02 de janeiro de 2014, do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei nº 004/2014, de 02 de janeiro de 2014, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Projeto de Lei nº 005/2014, de 02 de janeiro de 2014, do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei nº 006/2014, de 02 de janeiro de 2014, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Institui o Programa de Incentivo à Emissão de Notas Fiscais, pagamento de IPVA, de tributos municipais e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente explicou que estão em pauta 08 (oito) projetos, sendo 02 (dois) do ano de 2013, e na sequência solicitou autorização do Plenário para votação em bloco de todos os projetos. Após votação, o pedido do Sr. Presidente foi aprovado por unanimidade. Explicou que todos os projetos já se encontram com os pareceres das Comissões. Na sequência colocou individualmente em discussão o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Economia e Finanças aos Projetos de Lei nº 116/2013, 117/2013, 001, 002, 003, 004, 005, 006/2014. Após votação os pareceres foram aprovados por unanimidade.

Colocou então em discussão o parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, aos Projetos de Lei nº 001, 002, 003, 005/2014. Após votação os pareceres receberam aprovação unânime. Colocou então em discussão o parecer favorável da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação ao Projeto de Lei nº 004/2014. Após votação, o parecer também recebeu aprovação unânime. Registra-se que todos os mencionados projetos são de autoria do Poder Executivo e já foram transcritos quando da leitura dos mesmos. Na sequência o Sr. Presidente colocou em discussão o Mérito de todos os projetos. Da Tribuna o Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto - (Kiko), explicou que fará a defesa dos projetos em bloco e disse que, dos 08 (oito) projetos, 05 (cinco) são de contratação. Disse ainda que no ano passado também fizeram uma Sessão Extraordinária para darem solução de continuidade há uma situação que vivenciaram durante 03 (três) anos, em que os contratos eram encerrados e só retomados em março do outro ano, isso gerava um problema sério, principalmente na área da saúde, observem que, quando um PSF fica sem sua equipe de trabalho, fica sujeito a você perder os recursos para o funcionamento daquele PSF. O ano passado também fizeram as contratações no início do ano. Explicou que este ano são 205 (duzentos e cinco) contratos para educação, dos quais, 58 (cinquenta e oito) para professores indígenas e outros, 28 (vinte e oito) para agentes que possam atender de maneira em geral a limpeza e a parte de nutrição escolar na comunidade indígena. São contratos que atendem demandas específicas da zona rural que são as escolas e a educação indígena. Houve concurso recentemente só que não atendeu essa demanda, dificilmente em Barra do Garças terão condições de atender a educação indígena porque tem que ser bilíngüe, Xavante, falar a Xavante e Língua Portuguesa, indistintamente sempre terão esses contratos aqui, a outra parte é para atender a parte estrutural da escola, secretaria e merenda escolar. Para a industria e comércio foi contratado uma pessoa para atender a demanda de 01 (um) Médico Veterinário, no final do ano contrataram um Veterinário mas o contrato venceu, agora estão recontratando para atender a regulamentação, a questão dos produtos produzidos em Barra do Garças. Em relação a Assistência Social são 16 (dezesseis) contratos para atender demandas específicas dos projetos sociais ligados ao CREAS, CRAS, são projetos importantíssimos. Hoje viram aqui um Decreto que cancelou o Concurso Público parcialmente por ação recomendatória do Ministério Público em que se contratava professor de folclore, e diziam em 2012 quando se aprovou o projeto do concurso, que esse projeto teria problema, porque esses funcionários são contratados para programas específicos que tem data de inicio e término, depois disso esses funcionários ficam sem função e mesmo com o alerta a municipalidade não conseguiu ver isso. Em relação a Secretaria de Obras tem a contratação de 03 (três) funcionários para atender demandas para trabalhar com máquinas pesadas. Nesse momento há problema com pessoal e problema com máquinas. Lembra que aprovaram aqui um projeto de compra de máquinas, o problema é que a coisa esta travada no Banco BASA, não é por causa da questão do Município, a documentação esta tudo em ordem, mas não se consegue avançar

5

por causa do órgão que vai ajudar a comprar as máquinas. Continuando explicou que na área da saúde há a contratação de 53 (cinquenta e três) pessoas, dos quais, 28 (vinte e oito) Médicos para atender especificamente os PSFs, 30 (trinta) enfermeiros, todos do Concurso foram chamados, nenhum Médico se inscreveu para o concurso porque o salário era baixo. Essas contratações são necessárias, prementes, colocada pelo artigo 37 da Constituição Federal. Na sequência falou do projeto que revoga a Lei que foi aprovada em 2012, naquele momento o Assessor Jurídico explicou que o projeto era inconstitucional, mesmo assim foi aprovado, é sobre a questão de desapropriação, votou-se uma Lei, sendo que não era prerrogativa do Município e sim da União. Prosseguindo falou sobre o projeto da doação de imóvel, era uma área muito grande para tal empreendimento, houve erro de encaminhamento da Prefeitura, hoje o projeto está sendo votado com as devidas correções que na época foram levantadas pelos Vereadores, principalmente o Vereador Mandioquinha que questionou o tamanho da área. O outro projeto é da nota fiscal premiada, os prêmios foram entregues no final do ano passado, este ano a Lei foi revista, os prêmios foram melhorados, o 1º prêmio é um carro zero. Quem paga seus impostos em dias pega a sua nota fiscal, troca junto a Secretaria de Finanças do Município e ganha um cupom para concorrer aos prêmios. Os projetos colocados são para que possam atender as demandas prementes da Educação, Saúde e Obras. A seguir o Sr. Presidente colocou em votação o Mérito dos Projetos de Lei nº 116/2013, 117/2013, 001, 002, 003, 004, 005, 006/2014, todos de autoria do Poder Executivo Municipal. Após votação os mencionados projetos receberam aprovação unânime. Terminada a Ordem do Dia, passou a Palavra Livre. Nesse instante o Vereador Celso Sousa – Vice-Presidente assumiu os trabalhos da Mesa. No uso da palavra o Vereador Dr. Paulo Raye explanou sobre o projeto de sua autoria que estará apresentando após o recesso, esse projeto visa a confecção de uma carteirinha de saúde para todas as pessoas que precisam medicamentos de uso continuado, com a carteira o paciente iria direto na Central de Medicamentos, não tendo que enfrentar filas imensas nos PSFs para pegarem uma receita e no mesmo projeto esses pacientes passariam por uma avaliação semestralmente. Solicita a ajuda do Presidente desta Casa, do Vereador Kiko junto a Secretaria de Saúde para que dessem andamento a esse projeto ainda nesse semestre. No uso do aparte o Vereador Joaozinho sugeriu que as Comissões desta Casa tenham autonomia e possam estar convocando o Secretário de Saúde e que a própria Comissão realize Audiências Públicas, para discutirem sobre problemas como este apresentado pelo Vereador Dr. Paulo Raye. Seria interessante que a partir deste ano as Comissões se reunissem para dar efetividade aos projetos que são aprovados e não estão sendo executados, que haja um acompanhamento na Prefeitura sobre esses projetos. Voltando a falar o Vereador Paulo Raye disse que o Vereador Joaozinho usou as palavras sabiamente, porque muitos projetos caem no esquecimento. Continuando falou que o seu projeto vai beneficiar muitas pessoas, principalmente idosos hipertensos e diabéticos que usam medicamentos de uso continuado. Então o Vereador Dr. Joaozinho explicou que a hipertensão mata 04 (quatro) vezes mais do

que acidentes de trânsito no Brasil. Concluindo o Vereador Dr. Paulo Raye explicou que muitos pacientes estão tomando medicamentos de parentes vizinhos pela incapacidade de conseguirem medicamentos e consultas. A seguir o Vereador Mandioquinha explicou que os projetos aprovados nesta noite são de salutar importância para Barra do Garças, porque essas contratações são de suma importância para que o Prefeito Roberto Farias possa estar trabalhando em prol dos municíipes, dando andamento no curso da cidade, na área da educação, saúde, obras. Continuando falou que, se não tem um projeto, estará apresentando um projeto em prol da Vigilância Animal para que ela possa estar indo aos bairros mais periféricos de nossa cidade, a exemplo do bairro Vila Maria onde as pessoas observam que os cachorros estão doentes com Leishmaniose e soltam os cachorros nas ruas trazendo sérios riscos a saúde da nossa população. Nesse momento o Vereador Dr. Paulo Raye explicou que o medicamento para Leishmaniose é de alto custo para o Estado e não se pensa em tratar animal, apenas as pessoas. O cachorro é o transmissor da Leishmaniose, esses cachorros doentes precisam ser sacrificados e não soltos na rua. Voltando a falar o Vereador Mandioquinha disse que cachorro doente em casa trás problemas também para o vizinho, precisam de uma fiscalização, se não tem a Lei, estará apresentando o projeto para que o proprietário avise a Vigilância Animal que irá recolher esse cachorro doente, porque se uma pessoa pegar Leishmaniose o tratamento é logo e doloroso. O vereador Kiko explicou que no ano passado foi aprovado um projeto de sua autoria para criação de um Centro de Zoonose, mas como fica muito caro instalar, precisam trabalhar com parcerias das Universidades e o Curso de Veterinária na instalação desse Centro de Zoonose. Então o Vereador Mandioquinha disse que, se o Município não dá conta sozinho, precisam buscar parcerias com o Estado, o que não podem é deixar a população a mercê de pegar uma Leishmaniose. Em seguida o Sr. Presidente constatando que não havia mais nenhum Vereador inscrito, declarou encerrado os trabalhos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.